

## Jornalismo na Escola, um projeto do "Setúbal na Rede" para formar bons consumidores de informação

Pedro Brinca  
Setúbal na Rede e Instituto Politécnico de Setúbal, pnbrinca@gmail.com

### Resumo:

Aproximar os cidadãos do jornalismo foi o objetivo principal do projeto "Jornalismo na Escola", lançado pela Setúbal na Rede, Associação para a Cidadania, e com visibilidade através do portal "Setúbal na Rede". E aquelas críticas que se ouviam amiúde dirigidas aos jornalistas, apareceram sistematizadas na boca dos adolescentes que foram chamados a participar nas iniciativas desenvolvidas nas escolas.

Onze escolas e agrupamentos, do primeiro ciclo do ensino básico ao secundário, aderiram no primeiro ano do projeto. A ideia foi de criar um conjunto de jovens repórteres em cada escola ou agrupamento, formados e acompanhados a partir de workshops da responsabilidade do "Setúbal na Rede" e com o envolvimento dos professores. Não se pretende formar jornalistas, mas bons consumidores de informação.

Se é verdade que o jornalismo desempenha um papel fundamental na sociedade, como garante da democracia, da cidadania e dos direitos individuais e coletivos, também é certo que só faz sentido se tiver leitores, ouvintes e espetadores minimamente interessados. Mais do que dominarem a tecnologia mediática, é preciso que os cidadãos percebam a gramática, a estrutura narrativa, o encadeamento das informações. Há, no fundo, uma linguagem própria do jornalismo que, tal como o inglês, é essencial para interagir com o mundo moderno e tem que ser difundida por todos.

A Setúbal na Rede – SNR, Associação para a Cidadania, nasce com o objetivo de complementar a atividade do jornal e do portal regional "Setúbal na Rede" naquilo que é a sua vertente mais ligada à responsabilidade social, à componente cultural e à promoção de valores na sociedade, objetivos que se identificam claramente como não tendo propósitos lucrativos. Foi neste âmbito que surgiu, de uma forma natural mas adiado durante muito tempo, o desafio de colaboração com as escolas do distrito. Um projeto que avança para o seu segundo ano.

**Palavras-chave:** *Jornalismo, Media, Cidadania, Educação*

Os órgãos de comunicação social existem para as suas audiências. Esta característica, que tem sido vista e

classificada como algo de negativo, porque apontada como motivo para um decréscimo da credibilidade e para a aposta no sensacionalismo, é a sua razão de ser. De outra forma não faria sentido. Ninguém está interessado em escrever uma notícia se não for dirigida a alguém.

Os jornais trabalham para os leitores, as rádios para os ouvintes e as televisões para o telespetadores. Trabalhar sem ter isso em consideração, não só é insustentável do ponto de vista comercial, como é incongruente com a sua missão. Se o objetivo é informar, a escolha e a abordagem dos temas tem que corresponder ao interesse da população a que se destina. Além disso, informar cumpre um requisito de responsabilidade social, um direito constitucional, um garante da democracia. A informação é um bem precioso e essencial para a vida do ser humano em sociedade. Por isso, é estranho verificar tantas críticas negativas que hoje se dirigem aos jornalistas e aos meios de comunicação em geral. Que só divulgam desgraças, que apenas valorizam o negativo, que mentem ou que fazem parte de uma estratégia política ou de defesa de interesses económicos.

Aproximar os cidadãos do jornalismo foi o objetivo principal do projeto "Jornalismo na Escola", lançado pela Setúbal na Rede, Associação para a Cidadania, e com visibilidade através do portal "Setúbal na Rede". E aquelas críticas que se ouviam amiúde ao acaso, apareceram sistematizadas na boca dos adolescentes que foram chamados a participar nas iniciativas que foram desenvolvidas nas escolas. Os jovens, descomprometidos de qualquer preocupação, partilharam ideias e juízos que certamente ouvem em casa habitualmente. E reproduzem-no com grande convicção e certeza. Esta amostragem acaba por poder traçar um perfil da sociedade, sem os filtros que os adultos colocam quando confrontados publicamente.

A primeira ideia é a de que os *media* mentem. Em todas as escolas se sentiu uma má vontade latente em relação aos jornalistas. São aldrabões, inventam histórias. É claro que explorando essas opiniões se percebeu que se referem sobretudo às chamadas revistas de sociedade, ou cor-de-rosa, que anunciam gravidezes, namoros e separações que afinal não se chegam a concretizar. Mas também à imprensa desportiva, que notícia habitualmente contratações que não se confirmam.

Outra ideia forte é a de que os políticos são todos ladrões e corruptos e só não se conhecem mais casos porque a comunicação social os encobre. Este descrédito nas instituições é preocupante quando se quer promover a cidadania. Quem não acredita no sistema não pode estar minimamente motivado para participar. Mas leva-nos também a perceber como a perceção da realidade pode ser deformada a partir dos critérios jornalísticos e como são perigosas as generalizações criadas a partir das notícias.

A verdade é que os autarcas, apenas para citar um exemplo, só costumam aparecer nas notícias quando estão envolvidos em problemas com a justiça. E entre as 308 câmaras municipais existentes no país, apenas quatro ou cinco estão nesse caso, mas têm sido o suficiente para formatar a imagem de todos os presidentes autárquicos. Um autarca corrupto é notícia porque é um desvio à regra, pois não faria sentido falar das outras centenas que eventualmente cumpriram honestamente as suas obrigações. Generalizar a meia dúzia de casos conhecidos de autarcas com problemas com a justiça para todo o universo do poder local é um perigo pela injustiça que constitui. Nenhum aluno gosta de ser considerado vândalo só por frequentar a mesma escola de um colega que andou a provocar descatos.

Mas há ainda o reconhecimento de que os pais e avôs, lá em casa, garantem “que o mundo está perdido”, pois os noticiários só transmitem desgraças. E é então que se lhes explica que é essencialmente a exceção que é notícia. Que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, o jornalismo não transmite a realidade, mas apenas uma parte dela. E quando somos levados a pensar que o mundo está cheio de desgraças, porque é só o que vemos nos *media*, devemos recordar que isso é a exceção. Por isso, é bom que as notícias sejam essencialmente negativas, pois é sinal de que isso não é a regra.

### O homem que morde o cão

Há muito que os jornalistas de todo o mundo se guiam por um aforismo, atribuído ao americano Charles Anderson Dana, que definia notícia em poucas palavras: “Se um cão mordeu um homem, isso não é notícia. Mas se um homem mordeu um cão, isso é notícia!”. Esta máxima dá relevo ao fator excecional de um acontecimento para que este se torne noticiável.

É esta lógica, afinal, que fez com que uma ausência de acontecimento fosse notícia no final de novembro de 2012, quando Nova Iorque assistiu a um dia sem crimes violentos. O porta-voz da polícia congratulou-se mesmo por isso ter acontecido “pela primeira vez desde que há memória”. Com oito milhões de habitantes, já não são os crimes que são notícia, mas a sua ausência.

Contudo, esta máxima, esta lógica de conduta dos jornalistas, representa um perigo para a perceção da realidade por parte da opinião pública. Se as pessoas não souberem que o normal é os cães morderem os homens, ainda vão ficar convencidas de que o contrário é a regra, por apenas essas notícias surgirem divulgadas. Para evitar um maior divórcio entre o público e os jornalistas é urgente explicar que os meios de comunicação não transmitem o mundo como ele é, nem é suposto que o façam pela sua impossibilidade, mas apenas uma visão selecionada a partir, entre outros, do fator de excecionalidade.

Só retirando esta expectativa aos cidadãos de quererem ver o mundo inteiro na televisão ou no jornal, de esperarem ver relatado ao pormenor e em toda a sua dimensão cada acontecimento a que assistiram, é que poderemos repor o jornalismo na sua verdadeira utilidade, para a qual todos os profissionais são preparados desde o primeiro dia numa redação. Não é por acaso que o primeiro jornal editado em Portugal, em 1641, tinha por título: “Gazeta em que se relatam as novas todas, que ouve nesta Corte, e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641”. Ou que o primeiro “jornal” oficial de que se tem notícia, o *Acta Diurna Populi Romani*, (“Relatos diários ao povo de Roma”), que surgiu na antiga Roma durante o governo do imperador Júlio César, cerca de 59 anos a.C., escrito em grandes placas brancas e expostas em lugares públicos populares, tinha como objetivo manter os cidadãos informados sobre eventos políticos e sociais, sobre guerras, sentenças judiciais, execuções e escândalos no governo. Sempre presentes, portanto, as novidades e as “desgraças”.

Por um lado, o jornalismo é, na sociedade da informação, o espelho do tempo e do mundo em que vivemos, dos seus defeitos e qualidades (Ricardo e Letria, 2003). Mas não é missão do jornalismo dar a conhecer o mundo e a explicação das coisas que o compõem. Para isso existem as enciclopédias, os manuais ou os documentários de televisão. No fundo, não se pode exigir mais ao jornalismo do que aquilo que é suposto ele dar. E porque as notícias espelham apenas uma pequena parte da realidade é preciso que prevaleça a noção e a convicção de que o mundo é muito maior, muito mais organizado e muito melhor do que aquele que vimos nos telejornais.

Além disso, a escrita jornalística cumpre um modelo que tem em vista a sua eficácia. O seu objetivo é informar e deve cumprir essa missão sem desvios. E procura ser o mais universal possível, informando no mesmo texto aquele que já tem acompanhado os acontecimentos e precisa apenas dos dados mais recentes assim como os que nada conhecem do assunto e precisam, por isso, de dados de enquadramento. Foi por essa razão que se criou um modelo específico, conhecido por “pirâmide invertida”.

Adriano Duarte Rodrigues (2000) define “pirâmide invertida” como uma regra da escrita jornalística que consiste em descrever em primeiro lugar os aspetos que são considerados mais importantes por parte da audiência e prosseguir com a apresentação dos aspetos menos importantes. A regra da “pirâmide invertida” não segue, portanto, a lógica do texto narrativo, mas obedece a imperativos decorrentes de um suposto interesse do leitor, visando aquilo a que poderíamos dar o nome de economia do tempo de leitura.

Embora muitas vezes contestado, continua a ser o

modelo que prevalece em todos os suportes, pelo que qualquer consumidor de notícias devia estar bastante familiarizado com esta forma de expor a informação. Contudo, sempre que se pede a alguém que escreva uma notícia, e independentemente da idade, o resultado aproxima-se sempre de uma ata, com um enquadramento inicial e os dados apresentados por ordem cronológica. É a estrutura formal dos trabalhos académicos, a organização dos contos e dos romances. No fundo, a forma como organizamos as ideias em termos de raciocínio.

Por isso, Dorothy Graber, citada por Elizabeth Bird e Robert Dardenne (Traquina, 1999), defende que, enquanto a "pirâmide invertida" é um instrumento eficiente para o jornalista, pode ser um desastre para o leitor. A mesma autora acrescenta que, enquanto, indubitavelmente, muitos leitores apreenderam o código narrativo específico da reportagem objetiva, a maioria dos leitores mostra uma marcada incapacidade para "digerir" notícias políticas senão em termos muito latos. Diríamos mesmo que não só políticas, pois, como refere J.R. Rayfiled (Traquina, 1999), muita da informação em jornais e notícias radiodifundidas é, por conseguinte, difícil de processar, e pode, de facto, ser interpretada como pouco compreensível.

Esse paradoxo, como classificam Bird e Dardenne, é um problema que urge resolver. Por isso, ou se inventam novas regras para o jornalismo ou se formam os cidadãos para compreenderem as existentes e se tornarem potenciais consumidores. Este é um papel fundamental da educação para os *media*. Mais do que dominarem a tecnologia mediática, é preciso que os cidadãos percebam a gramática, a estrutura narrativa, o encadeamento das informações. Os jornalistas têm que fazer um esforço para se aproximarem dos seus leitores, mas estes não podem estar à espera de relatos formais dos acontecimentos, como se de relatórios académicos ou de atas de eventos se pudesse fazer um jornal. Há, no fundo, uma linguagem própria do jornalismo e, tal como o inglês, essencial para interagir com o mundo moderno, essa tem hoje que ser difundida por todos.

### **Jornalismo na Escola**

Essa foi uma preocupação na génese do projeto "Jornalismo na Escola". Mas a iniciativa surgiu também porque é necessário combater o individualismo crescente na sociedade, porque é preciso recuperar o conceito de comunidade, porque só se pode ser um cidadão interveniente quando se compreende o funcionamento das instituições, porque a informação é essencial para a participação e porque é junto dos mais jovens que ainda se consegue promover a alteração de comportamentos de forma eficaz. A ideia foi ter um conjunto de jovens repórteres em cada escola ou agrupamento, formados e

acompanhados a partir de *workshops* da responsabilidade do "Setúbal na Rede" e com o envolvimento dos professores. Não se pretendia formar jornalistas, mas bons consumidores de informação.

Onze escolas e agrupamentos, do primeiro ciclo do ensino básico ao secundário, aderiram no primeiro ano do projeto, representando realidades tão diferentes quanto é possível num distrito como o de Setúbal. Meios urbanos, como o Barreiro, periféricos, como a Charneca da Caparica, em Almada, Sampaio, em Sesimbra, e Pinhal de Frades, no Seixal, ou mais rurais, como a Moita e Palmela. Bairros conhecidos como problemáticos, como o Laranjeiro, em Almada, ou a Camarinha e a Bela Vista, em Setúbal, e o ensino profissional, ainda estigmatizado, neste caso do Montijo. Mas também a interioridade de uma localidade como o Torrão, a 35 quilómetros da sede de concelho, Alcácer do Sal.

Os alunos participantes na iniciativa são escolhidos de acordo com critérios das próprias escolas, umas que recorreram às equipas já existentes para a produção dos jornais escolares, outras que aproveitaram para criar as condições para lançar ou fazer ressurgir o seu próprio jornal. Nalguns casos são voluntários que têm algum fascínio pela escrita ou até mesmo pelo jornalismo, noutros são turmas inteiras, onde alguns alunos oferecem uma certa resistência para participar, simplesmente porque não gostam de se envolver no que quer que seja. Como pontapé de saída, e para enquadramento do projeto em cada escola, foi desenvolvida uma espécie de palestra, com o tema "Para que serve o Jornalismo?". O público foi diversificado de acordo com cada escola e, entre professores e até alguns pais, nalgumas delas, o denominador comum foram jovens estudantes, uns que acorreram por imposição dos docentes, outros que se deslocaram por vontade e interesse próprio. Procurou-se a interatividade, promoveu-se o diálogo e apostou-se muito na provocação, para estimular o exercício mental e se questionar os preconceitos trazidos de casa, como o de que os jornalistas mentem, que os políticos são todos corruptos ou que o mundo está cheio de desgraças.

Mas tentou-se ainda esclarecer a confusão generalizada sobre o que é e o que não é jornalismo. Sobretudo, a ideia de que todos os que aparecem nos meios de comunicação social são jornalistas. E, por isso, surgem as críticas porque um comentador disse algo com que não se concorda, sobretudo se o assunto é futebol. Falta a noção clara da distinção entre opinião e informação. E isso aplica-se ainda, por exemplo, aos apresentadores de televisão. É habitual ouvir reparos sobre a violação da aplicação das regras que condicionam os jornalistas na sua atividade dirigidos a profissionais como a Teresa Guilherme, a Júlia Pinheiro ou o Manuel Luís Goucha. Até mesmo ao Herman José ou ao Ricardo Araújo Pereira.

Numa enorme confusão entre produtos mediáticos, funções e responsabilidades.

Uma confusão que hoje alastra também aos diferentes suportes e canais. Que leva a interpretar as revistas cor-de-rosa como jornalismo, só porque são vendidas na banca como os jornais, ou a acreditar em tudo o que se lê na internet, mesmo que num *post* numa rede social, sem distinguir que na *web* convivem fontes mais e menos fidedignas. Que leva até a que não se distinga uma notícia publicada num jornal de referência com outra publicada num dos muitos projetos humorísticos, de sátira à atualidade, que hoje se multiplicam *on-line*.

A continuidade do projeto nas escolas assentou ainda num conjunto de *workshops* de escrita jornalística, para que os alunos fossem confrontados com as tarefas diárias dos jornalistas e percebam as diversas etapas na construção de uma notícia. Com isso, vão perceber que o trabalho jornalístico é muito mais do que a redação de um texto, mas que passa sobretudo por um conjunto vasto de escolhas. Escolha de um tema, de um ângulo de abordagem, dos protagonistas, das questões a colocar, das fontes a consultar, da informação a utilizar e da sua hierarquização.

Sempre que se faz uma escolha, há opções que ficam de fora ou são remetidas para planos secundários. Assim, fica claro que o jornalista não transmite a realidade. Apenas uma parte dela. Numa opção que se pretende séria e justa, mas que será sempre subjetiva, por se tratar de uma decisão pessoal. Ao terem que passar por este processo, os jovens ganham sentido crítico face aos *media*, porque podem começar a questionar as opções dos jornalistas. Depois de todas as escolhas feitas, vem a parte em que é necessário relatar os factos com uma estrutura narrativa própria. Aproximar o discurso o mais possível da "linguagem média" do dia-a-dia, fugir das estruturas formais e procurar comunicar com a eficácia com que o fazemos empiricamente, revela-se uma tarefa árdua a início. O mais difícil é escrever simples, como se estivéssemos a contar um episódio a um amigo. A tendência natural de todos é complicar. Tentar dar alguma erudição aos textos. Procurar linguagem rebuscada, exibir a sapiência. Começar por fazer todos os enquadramentos e contextualizações possíveis. Desfiar os antecedentes históricos dos factos que se pretende relatar. Elaborar frases complexas, relacionando ideias diferentes na mesma oração. No fundo, confundindo uma notícia com um trabalho académico ou caindo na tentação de fazer uma narrativa cronológica, como se de um conto se tratasse. Cheio de pormenores irrelevantes e desnecessários para a compreensão do essencial. E tudo isso foi trabalhado e com aparente sucesso entre os participantes.

O "Setúbal na Rede" foi o primeiro jornal exclusivamente

digital do país. Este pioneirismo valeu-lhe, por exemplo, a nomeação para o Prémio Jovem Empreendedor da Associação Nacional de Jovens Empresários. À sua componente inovadora juntou, desde sempre, os critérios base de um jornalismo sério, isento e rigoroso, dizendo não, por exemplo, aos comunicados de imprensa como fonte única, quando a técnica do *copy/paste* começava a ganhar terreno e a invadir todos os meios de comunicação social. Essa postura foi reconhecida com o Prémio Gazeta de Imprensa Regional de 1999, atribuído pelo Clube de Jornalistas.

A sua visão foi sempre a de ter uma função em prol do desenvolvimento da região onde estava inserido. A informação, nomeadamente a que é produzida com critérios jornalísticos, é um pilar da democracia, mas também essencial para o progresso da sociedade. Daí se percebe que a comunicação social não pode nunca assumir um papel de mero observador da realidade, relatando-a de forma passiva, mas é sempre, também, um agente de mudança da sociedade.

Nesse sentido, o "Setúbal na Rede" adotou, desde sempre, uma postura ativa na sua região, informando mas também fazendo acontecer. Mediando a comunicação entre os diversos agentes de poder da região e os cidadãos, mas também o fazendo em sentido contrário. Promovendo a participação, relevando a opinião, organizando debates e eventos diversos, editando livros, criando tertúlias. No fundo, trabalhando a comunicação em sentido lato, tentando ser como que uma espécie de cimento que liga todo um distrito.

A Setúbal na Rede – SNR, Associação para a Cidadania, nasce com o objetivo de complementar a atividade do jornal e do portal regional "Setúbal na Rede" naquilo que é a sua vertente mais ligada à responsabilidade social, à componente cultural e à promoção de valores na sociedade, objetivos que se identificam claramente como não tendo propósitos lucrativos. A missão de um órgão de comunicação social não se pode esgotar na produção e disponibilização de conteúdos, podendo e devendo utilizar o seu prestígio e capacidade mobilizadora em torno de atividades por si produzidas ou em que se envolva com terceiros. Trabalhar a Educação para os Media é uma privilegiada de promover a cidadania, porque esta não existe sem uma boa informação que esclareça e mobilize quem pretende participar, intervir e ter opinião sobre o que se passa à sua volta (Ricardo e Letria, 2003).

**Referências bibliográficas**

- Jeanneney, J.N. (1996). *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa, Terramar.
- Pereira, J. E. (1981). *Manual Prático de Jornalismo*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Ricardo, D. e Letria, J. J. (2003). *O jornalismo explicado aos jovens... e aos outros*. Lisboa, Terramar.
- Rodrigues, A. D. (2000). *Dicionário Breve da Informação e Comunicação*. Lisboa, Editorial Presença.
- Traquina, N. (1999). *Jornalismo: Questões, Teorias e Histórias*. Lisboa, Veja Editora.